

Estado do Rio Grande do Sul



## PROJETO DE LEI N. º 19/2022 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2022.

GERAL 112 Câmara Municipal CACEQUI-RS Prot. 01/34/22 Pag. 49 Data 08 102 12022

**CONTRATAÇÃO AUTORIZA** TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL **INTERESSE PÚBLICO MUSICOTERAPEUTA** DÁ **OUTRAS PROVIDÊNCIAS.** 

A PREFEITA MUNICIPAL DE CACEQUI-RS, Sra. ANA PAULA MENDES MACHADO DEL'OLMO, no uso de suas atribuições legais,

Faço Saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Município de Cacegui autorizado a contratar pelo prazo de seis (06) meses, prorrogável por igual período, vinculado a duração do Programa, em razão de continuidade excepcional de interesse público na manutenção do Programa Estadual denominado de Atenção Integral em Saúde Mental e de Atenção Básica - Modalidade Oficinas Terapêuticas na Atenção Básica, servidor para o cargo em quantidade e remuneração a seguir descrita:

Quantidade/ Cargo

Remuneração/Carga Horária

**01 MUSICOTERAPEUTA** 

R\$ 1.100,00 - 20 horas

Art. 2.º A finalidade da contratação é a manutenção do Programa Estadual denominado Atenção Integral em Saúde Mental e de Atenção Básica - Modalidade Oficinas Terapêuticas na Atenção Básica, através de ações de promoção de políticas públicas e educação permanente, com atividades de recuperação e inserção de atividades terapêuticas, inclusive pela da arte e do lazer.

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E DEFESA DO CONSUMIDOR Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO





**§ 1.º.** A referida contratação obedecera à ordem de classificação em processo seletivo simplificado, que conterá as condições e exigências para a seleção, devendo o contratado desenvolver suas atividades junto a Secretaria de Saúde;

**Art. 3.º** O contrato de que trata o art. 1º, desta Lei, será de natureza administrativa, ficando assegurado ao contratado os direitos previstos no art. 197 da Lei 2.520/2005, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais.

**Art. 4.º** As despesas decorrentes da presente lei serão atendidas pela dotação própria do orçamento, através de repasse do Fundo Estadual para o Fundo Municipal de Saúde.

**Art. 5.º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL, EM 07 DE FEVEREIRO DE 2022.

ANA PAULA MENDES MACHADO DEL'OLMO
PREFEITA MUNICIPAL



### **JUSTIFICATIVA**

### **SENHOR PRESIDENTE**

#### **SENHORES VEREADORES**

Estamos encaminhando a Vossa Excelência e aos demais Parlamentares desta Casa Legislativa o presente Projeto de Lei que versa sobre contratação temporária de excepcional interesse público (01) MUSICOTERAPEUTA, com carga horária de 20h semanais e remuneração R\$ 1.100,00, com a finalidade de atuar junto a Secretaria da Saúde naquelas ações dirigidas no tratamento terapêutico coadjuvante aos pacientes atendidos pelo Programa de Política Estadual de Atenção Integral em Saúde Mental e de Atenção Básica - Modalidade Oficinas Terapêuticas.

A contratação será pelo prazo de (06) meses prorrogável por igual período, e é indispensável para viabilizar a continuidade do Programa, qualificando as ações municipais no atendimento e prevenção à saúde, bem como, oferecendo melhor qualidade de vida a comunidade que será alvo do atendimento.

Além disso, o Município não possui em seu quadro de servidores efetivos, disponibilidade de pessoal, para a manutenção do referido Programa, sendo imprescindível a contratação temporária sob pena do município perder recursos de monta, já que o recurso para mantença do Programa é repassado de fundo a fundo, custeado pelo Governo Estadual, através da Secretaria de Saúde do Estado.



Ademais, verifica-se a importância da aprovação do presente Projeto, eis que viabilizará recursos para garantirmos a comunidade o tratamento terapêutico nas questões de saúde mental, por conseguinte o atendimento aos princípios regedores da administração pública, sobre tudo em prol dos interesses da coletividade.

O tipo de contratação advinda da autorização Legislativa encontra fundamento no que dispõe o art. 37, IX da CF/88, bem como na Lei Municipal 2.520/2005, qual seja, Regime Jurídico Único.

Outrossim, nos termos das disposições legais pertinentes, segue inclusa ao presente Projeto, a estimativa de impacto orçamentário e financeiro nº. 12/2022 e a declaração do Ordenador de Despesa, nos termos do LC 101/2000.

Sendo estas as considerações, submeto o presente à análise dos nobres Edis, que primam sempre pelo sagrado interesse público, razão pela qual conto com a boa receptividade e consequente aprovação do referido Projeto de Lei.

Cacequi, 07 de Fevereiro de 2022.

ANA PAULA MENDES MACHADO DEL'OLMO PREFEITA MUNICIPAL

# PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI



Pág. 1 de 2

# ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO N.º 12/2022

Estimativa de impacto orçamentário-financeiro para aquisição de bens e serviços, em cumprimento ao disposto no Inciso I do art. 16 da Lei Complementar n.º 101-2000 e, considerando as metas e prioridades elencadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, emitimos o presente parecer, considerando os dados:

## CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

04.002 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - REC. VINCULADOS

OBJETIVO: Contratação de 01 Musicoterapeuta 20HS, pelo período de 6 meses renováveis por igual período, com vencimentos mensais de R\$ 1.100,00.

RECURSOS	ÓRGÃO	U.O	SUB FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DESPESA
Recursos Próprios	F / ENIS	Marie Par	Establish 1-7	ARRODOG RESPUCÇÕES SAREÇÕE	1000	o Ausquotteriori person con
		AND THE REAL PROPERTY.	and the second s		, en	35.1;
Recursos Vinculados						
	04.00	04.02	301	CONCUUSA	2.050	3.1.9.0.04.00.00.00
	Lei Co	sb 8	the ob I o	X Atende ao Incis 2000.		IMPACTO ORÇAMENTA
			nciso I do an	Não atende ao li (2000,		PRÓPRIC
mplementar n.º 101	Lei Co	sb ål	.hs ob 1 o	X Atende ao Incis		
Of Virginian	071010	H SF			TIG RECURSOS	IMPACTO ORGAMENTA

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO  Recursos Próprios		2022 abnerA		2023	2024	
			-	ASISON	IMPAOTO FIN	
Dotação Orçamentária Atualizada	(+)	R\$ SONE CENT	1000			
Supl.p/red.orç. ou Saldo Fin. ou Arrecad. Maior			XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
Empenhada no Exercício	(+)	R\$ -	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
Comprometido sem Empenho	1 ( )		7	OOXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
Valor da Operação	(-)	R\$ -	(+)	R\$ -	(+) R\$ -	
Saldo Livre Resultante	(-)	R\$ -	(+)	R\$ -	(+) R\$ -	
	(=)	(=) R\$ - xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx		OXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
Saldo Total Comprometido para o Ano	XXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	(=) R\$		(=) R\$ -	
Recursos Vinculados	Bionnea	nstruir a declaração da 3	Para			
Dotação Orçamentária	(+)	R\$ 244.000,00	1000	200000000000000000000000000000000000000		
Supl.p/Saldo Financeiro apurado em 31/12/2021		R\$ -		XXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
Empenhado no Exercício	(+)		_	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
Comprometido sem Empenho	(-)	0.001,04	XXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
Valor da Operação	(-)	R\$ 48.399,60	(+)	R\$ -	(+) R\$ -	
	(-)	R\$ 15.768,50	(+)	R\$ 3.144,17	(+) R\$ -	
Saldo Livre Resultante	(=)	R\$ 172.850,06	XXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	
Saldo Total Comprometido para o Ano	XXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	(=) R\$ 3.144,17		(=) R\$	

Gestão 2021 - 2024



# DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DA DESPESA LRF Art. 16 inciso II

Ana Paula Mendes Machado Del'Olmo Prefeita Municipal de Cacequi, no uso de minhas atribuições legais e em cumprimento às determinações do inciso II do art. 16 da Lei Complementar 101-2000, na qualidade de Ordenadora de Despesas, e à vista da estimativa do Impacto Orçamentário-Financeiro n.º 12/2022, Contratação de 01 Musicoterapeuta 20HS, pelo período de 6 meses renováveis por igual período, com vencimentos mensais de R\$ 1.100,00. DECLARO existir recursos para a execução da ação, cuja despesa correrá por conta das dotações orçamentárias especificadas no Impacto Orçamentário e Financeiro n.º 12/2022.

Declaro, que a execução da ação acima referida não contraria nenhum dispositivo legal, notadamente da Constituição Federal, da Lei Orgânica Municipal e demais leis em vigor, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal e Resoluções do Senado Federal.

Município de Cacequi, 28 de Janeiro de 2022.

Ána Paula Mendes Machado Del'Olmo Ordenadora de Despesa